

O projecto de «europeização»

Publicação: [O Mundo em Português Nº56](#)

Data de Publicação: Setembro/Outubro de 2004

Autor: Pinar Bilgin

A adesão da Turquia à União Europeia (UE) é, nos últimos anos, objecto de debates inflamados nos Estados membros. As relações da Turquia com a União Europeia (então Comunidade) datam do início da guerra fria (o Acordo de Associação de Ancara foi assinado em 1964), mas o interesse público por esta questão aumentou depois do fim da guerra fria, particularmente desde que a União decidiu, em 1999, reconhecer a candidatura turca.

Na corrida para as eleições para o Parlamento Europeu, em Junho de 2004, excluir a Turquia da União surge como tema popular de campanha, que pode cativar votos num eleitorado que, de outra forma, permaneceria apático. Na verdade, o líder do Partido Social Democrata austríaco afirmou recentemente que «a Turquia não está preparada para a União e a União não está preparada para a Turquia». O líder do Partido Conservador austríaco, actualmente no poder, exprimiu a sua preferência por «melhores relações» em vez da adesão – seguindo a oferta da líder dos democratas-cristãos alemães, Angela Merkel, de uma «parceria privilegiada». Já a mensagem vinda de França foi, no seu conteúdo, muito menos desencorajadora (o presidente francês salientou que a eventual adesão da Turquia poderá demorar 10 a 15 anos) mas muito mais chocante devido à identidade do mensageiro. Na verdade, a mensagem do presidente francês (juntamente com os debates existentes na Áustria e na Alemanha) provocou ondas de choque na Turquia e foi por muitos considerada como ameaça ao projecto de «europeização» do país.

«Europeização», aqui, refere-se às transformações ocorridas nos candidatos e membros da UE para responderem aos processos políticos (e para os moldarem) da União. Entendida desta forma, a «europeização» tem duas dimensões. Uma, de cima para baixo, implica que os membros e os candidatos façam as reformas necessárias para corresponderem à condicionalidade da União (como é o caso turco). A outra, de baixo para cima, leva a que os membros alterem percepções e práticas dentro própria UE (como, por exemplo, a pressão exercida pela Suécia para que a União proíba as

exportações de resíduos perigoso para países em desenvolvimento). Nos primeiros tempos do processo de adesão, os países são geralmente receptores. Uma vez reconhecida a sua «europeinidade» (com o início das negociações e depois com a adesão plena) têm a oportunidade de exportar as suas próprias percepções e práticas para os restantes membros. Espera-se da Turquia que se europeíze, na primeira aceção do termo, antes de ser membro de pleno direito.

Ao longo dos anos, uma coligação transnacional de actores (na Turquia e noutros países) encorajou e tem sido (sobretudo desde 1999) encorajada pelo «europeização» da Turquia. Apesar de ser já antiga a relação entre a Turquia e a UE, foi imediatamente antes e logo a seguir à decisão de 1999 que o processo ganhou um novo ritmo. A crise económica de 2000 foi também importante, pois deu origem a um sentimento de urgência que, por seu lado, permitiu que os actores turcos favoráveis à União pressionassem no sentido de serem efectuadas reformas económicas e financeiras (também exigidas pelo FMI) e reformas políticas, exigidas pela União. Neste período, a constituição turca foi revista diversas vezes. As alterações incluíram o reforço da protecção dos direitos humanos e do Estado de direito e a reestruturação das instituições democráticas. Apesar de existirem alguns problemas na sua aplicação prática, predomina a perspectiva de que a Turquia fez um grande progresso – maior do que as expectativas (e mesmo as esperanças) de muitos.

O motor deste processo de mudanças foi tanto governamental como não-governamental, e os actores turcos demonstraram o seu empenhamento em prosseguir a via das reformas. A decisão da Cimeira de Copenhaga de 2002 (que remeteu para 2004 a apreciação da candidatura turca, para então ser decidido se e quando terão início as negociações) foi igualmente central para que as mudanças fossem possíveis. Na realidade, tanto na Turquia como noutros países, a perspectiva de adesão continua a ser o melhor instrumento que a União possui para encorajar a democratização e o respeito pelos direitos humanos. A condicionalidade da UE, juntamente com palavras de encorajamento proferidas por actores europeus, é a justificação necessária para os actores domésticos que querem manter o processo de reformas. A caminho da cimeira de Dezembro de 2004, os actores pró-União na Turquia esperam que os seus parceiros europeus continuem a dar sinais fortes relativamente à seriedade com que encaram a possibilidade de adesão da Turquia, o que é um passo crucial para a continuação das reformas (questão em relação à qual a UE já exprimiu alguma preocupação).

O processo de reformas está longe de ser incontroverso no cenário político turco. Enquanto os actores pró-europeus usam a perspectiva de adesão para moldar os

processos políticos turcos (no sentido de uma maior democratização), já os eurocépticos procuram resistir às pressões de mudança salientando as possíveis consequências que as reformas podem vir a ter no futuro da «segurança nacional» do país. O pior cenário imaginado por este último grupo é a Turquia fazer todas as reformas e ser-lhe negada a adesão plena. Neste cenário, argumentam os eurocépticos turcos, a Turquia não seria capaz de responder às ameaças à sua «segurança nacional» porque os actores tradicionais (como os militares) teriam ficado demasiado enfraquecidos. Daí a necessidade de resistir às exigências da União Europeia e de procurar que a Turquia seja aceite nos seus próprios termos – como um caso «único».

O discurso sobre o carácter «único» da Turquia (que se presume que tem origem na sua localização geográfica) serviu, até agora, como instrumento para bloquear o processo de democratização. Bülent Ecevit (então primeiro-ministro) não se coíbiu de usar este tipo de retórica quando afirmou que «as condições especiais geográficas da Turquia requerem um tipo especial de democracia». No entanto, são precisamente essas afirmações sobre a «excepção» turca que o projecto de «europeização» não permite. Pelo contrário, a europeização requer que os candidatos e membros adoptem os comportamentos considerados «europeus» (a dimensão de cima para baixo) e, por sua vez, que a União incorpore as suas percepções e comportamentos (a dimensão de baixo para cima). Há pouco (se é que há mesmo algum) espaço para «excepções». Daí a necessidade de prosseguir com a adopção e concretização das reformas – ou seja, europeizar a Turquia. Quando se aproximam as eleições europeias, os políticos da UE devem saber estar ao nível das expectativas dos actores pró-europeus turcos e devem procurar influenciar os eleitores em vez de se confinarem ao que eles próprios pensam que a opinião pública será capaz de tolerar.

Afinal, não é só em relação à adesão da Turquia mas também em relação a muitas outras políticas e prioridades da União (incluindo o alargamento de 2004) que os eleitores mostraram algumas reservas. Tal não significa desprezar os receios existentes nos eleitores europeus de que a adesão da Turquia, com uma população maioritariamente muçulmana que se prevê que atinja os 100 milhões de habitantes nas próximas décadas, possa alterar a identidade europeia – uma questão apresentada como ameaça para o futuro da Europa pela extrema-direita. Pelo contrário, os eleitores deveriam ser recordados que a integração e a expansão da União é, em primeira instância, uma garantia para o futuro da Europa. A estratégia de Jean Monnet para evitar o regresso a uma era de instabilidade (que caracterizou a História da Europa e deu origem a duas devastadoras guerras mundiais) foi a integração entre os países europeus, de tal forma que tornasse impensável a guerra. Encorajar uma maior

democratização e um maior respeito pelos direitos humanos é um ponto central do projecto de integração europeia que, ao longo dos anos, «europeizou» a Europa. No pós-guerra fria, os líderes políticos europeus procuraram garantir o futuro da Europa através da extensão para Leste, ao mesmo tempo que aprofundavam a integração. Pois, pensaram, a Europa não pode estar segura se não exportar o seu próprio modelo de construção da segurança – a «europeização». Vista nesta perspectiva, a «europeização» da Turquia não é contra a integração e, muito pelo contrário, segue o espírito da integração europeia.